

Coisas da Política

Governo acredita que crise facilita o entendimento

Só agora, passadas as eleições, empresários e políticos constatarem que a política de austeridade econômica é para valer mesmo. A grande indagação agora é: até quando irá durar a recessão? Muita gente achava que iria durar pouco. Imaginava-se que, como das vezes anteriores, o governo não resistiria às pressões e voltaria atrás. Mas até agora não voltou, apesar das eleições, dos protestos do empresariado e dos sindicatos. Nem dá mostras que vai ceder. Enfim, parece que a área política e empresarial acordou para o óbvio: o país vai mesmo para a recessão. Este é o tema de conversas, busca de entendimento e motivo de desentendimento entre empresários, sindicalistas e políticos.

O presidente Collor, segundo vários de seus assessores, não dá mostras de amolecer, pelo contrário, vai persistir nesta política. Para isso continuará a fortalecer a ministra Zélia Cardoso de Mello, sob fogo cerrado da oposição no meio empresarial, e aprofundar o arrocho monetário. Enfim, a situação deve piorar. Na avaliação do governo, o país ainda sequer entrou na recessão, ainda passa por fase de ajustamento da economia. A atual onda de concordatas, na opinião de técnicos do governo, está longe de ser consequência do aperto monetário, decorre mais de problemas administrativos do passado ou de incompetência mesmo.

O governo aposta no aperto econômico como único meio de, definitivamente, liquidar com a inflação no Brasil. E está disposto a pagar o preço da impopularidade, do tiroteio da oposição, do empresariado e dos trabalhadores. O presidente Collor jamais usará, como é de seu estilo, discurso recessivo, no máximo, usará a expressão "ajustamento da economia", mas está intimamente convencido de que não há meios de se chegar à estabilidade econômica sem passar pela recessão. Na verdade, nesta altura do ano e de acordo com planos iniciais do governo, já era para o Brasil estar começando a sair da recessão, mas as pressões, as resistências à política econômica atrasaram o processo. A ministra Zélia Cardoso de Mello e sua equipe imaginavam que imediatamente após o seqüestro dos cruzados novos o país mergulharia em profunda recessão, de onde sairia com inflação a nível de 3% ao mês. Mas não foi assim. Mais do que pressão da sociedade houve insegurança da parte da equipe econômica, que preferiu abrir algumas torneiras diante do quadro caótico que se previa para o país. Foi o suficiente para oxigenar a inflação. Agora

o processo tem que ser mais duro.

Neste sentido o próximo ano tem algumas vantagens sobre 1990 e a melhor delas, na avaliação do governo, é que não haverá eleições para pressionar gastos públicos. Os novos governadores terão que enfrentar tempos difíceis no primeiro ano de administração. Muitos não terão sequer recursos para pagar o funcionalismo público. O governador Orestes Quêrcia deu o primeiro sinal de alarme ao cancelar, na semana passada, uma série de obras públicas anunciadas ao som de banda de música apenas algumas semanas antes, no período eleitoral. As previsões de arrecadação de impostos em São Paulo são as piores possíveis para 1991. Além disto, o governo federal vai jogar pesado para receber parcelas em cruzeiros do endividamento externo dos estados, dinheiro que será recolhido ao Banco Central. Isto significa menos recursos nos cofres estaduais e mais aperto monetário ainda.

Em junho do ano passado, antes das eleições presidenciais, em seminário promovido pelo **JORNAL DO BRASIL** e organizado pelo ex-ministro Reis Velloso, economistas de todos os matizes e de todas as escolas foram unânimes em concluir que só uma política de austeridade econômica poderia acabar com a inflação. O diagnóstico era comum a todos os economistas, mas ninguém sabia ao certo por quanto tempo o paciente, isto é, o povo, agüentaria o remédio. Hoje há preocupação no governo diante da possibilidade de conflitos decorrentes da falta de emprego e dinheiro na praça. Imaginou-se algum programa de emergência, como fizeram os argentinos no pior da sua crise, no ano passado, de distribuição de alimentos. Mas os economistas do governo têm dúvidas quanto à eficácia de um programa destes no Brasil. Ele acham que na Argentina foi possível distribuir sopa na periferia porque a população é muito menor, mas no Brasil isto exigiria uma megaoпераção de gastos insuportáveis.

O único meio de atenuar os efeitos cruéis da recessão seria um acordo social. Hoje isto parece difícil, mas as dificuldades dos empresários e trabalhadores atenuam as exigências e aplainam o campo do entendimento. É por isto que o governo não tem apressado as reuniões do pacto, espera não só que a situação piore pelo lado econômico ao mesmo tempo que melhore pelo lado da inflação. Enfim, quer sentar à Mesa com mais desemprego e menos inflação.